



RELATÓRIO DE GESTÃO

Instituto de Mudanças Climáticas e
Regulação de Serviços Ambientais - IMC

Exercício 2024

EQUIPE TÉCNICA

PRESIDENTE

Jaksilande Araújo de Lima

DIRETORA EXECUTIVA

Leonardo Ferreira Lima Filho

DEPARTAMENTOS

Departamento de Gestão

Patrício da Silva Albuquerque

Departamento de Monitoramento

Andreia Reis da Costa

Departamento de Regulação

Fabiana Cruz Costa

Departamento de Jurídico

Samayra Maria Saraiva Lessa

Elaboração

Equipe Técnica do IMC

FICHA CATALOGRÁFICA

ENDEREÇO

Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC)
Av. Nações Unidas, 233, Bairro: José Augusto – Bosque – Rio Branco, Acre – CEP
69900-721

Telefone: 68 3223 1933 / 68 3223 9962

Email: gabinete.imc@ac.gov.br

Homepage: www.imc.ac.gov.br

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	5
2. PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	6
2.1. Identidade Organizacional	6
2.1.1. Missão	6
2.1.2. Visão	6
2.1.3. Valores.....	6
2.2. Objetivos.....	7
2.3. Competências do IMC	7
2.4. Estrutura Organizacional	8
3. GESTÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS A FIM DE PROMOVER A EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2024-2027.....	10
4. ATIVIDADES FINALÍSTICAS	12
4.1. Monitoramento no Âmbito do SISA	16
4.2. Governança do SISA.....	18
4.3. Regulação no Âmbito do SISA	19
4.4. Comunicação no Âmbito do SISA.....	20
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	21

1. APRESENTAÇÃO

Em 2010, o Estado do Acre implantou uma Política Estadual de baixas emissões de carbono por meio da lei estadual 2.308, aprovada em 22 de outubro de 2010, que engloba o Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais - SISA. O objetivo dessa política é estimular as cadeias produtivas sustentáveis e valorizar os serviços ambientais, considerando os diversos segmentos econômicos, ambientais e sociais presentes no Estado.

As ações do sistema incentivam a manutenção e a ampliação da oferta de produtos e serviços ambientais no Acre como estratégia para enfrentar dois desafios impostos pelas mudanças climáticas ocorridas no planeta: a redução de impactos provocados pelas alterações no clima, como o aquecimento global; e a adaptação a essas mudanças.

O SISA está estruturado a partir de um arranjo institucional considerando três papéis importantes: i) o Governo, responsável pela regulação, controle, monitoramento e registro das iniciativas; ii) o Controle Social, por meio das esferas de governança que garantem a participação dos diferentes setores da sociedade acreana para manter diálogo e transparência na execução do SISA; e iii) repartição dos benefícios, com o investimento de alternativas econômicas sustentáveis e parcerias para a contínua provisão dos serviços ambientais.

O Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC) é responsável pela coordenação técnica do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA), um moderno instrumento criado pelo Governo do Acre que reconhece e incentiva a conservação do meio ambiente resultante de produtos e serviços ambientais – como a preservação da floresta, o bom uso do solo, o manejo de produtos florestais, entre outros – prestados por comunidades, empresas e/ou pessoas em todo o Acre.

O IMC é uma instituição criada como autarquia especial com autonomia financeira e independência administrativa, supervisionada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA).

Nesse contexto, tem realizado em suas ações estratégicas, a busca o desenvolvimento de um arranjo técnico-político que os aproxime de atender os requerimentos específicos dos Padrões como o “REDD+ Excellency Standard (TREES)”, que é considerada uma das metodologias mais avançadas para a mensuração de emissões de gases de efeito estufa. Ele utiliza uma abordagem científica rigorosa e uma estrutura de análise completa para medir, monitorar e relatar as emissões.

O padrão TREES é basicamente programa global voluntário de carbono de alta qualidade, criado

para registrar, verificar e emitir créditos de redução de emissões de REDD+ nos países e em jurisdições para atrair financiamento em grande escala.

Ao emitir esses créditos de carbono de alta integridade no mercado internacional, o Acre, através do seu programa jurisdicional, busca captar recursos financeiros que podem ser utilizados para financiar ações de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável no estado. Essas ações incluem investimentos em alternativas econômicas sustentáveis, como agrofloresta, manejo florestal sustentável, turismo ecológico e agricultura de baixo carbono.

Além disso, a venda de créditos de carbono no mercado internacional também ajuda a promover a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável em nível global. Ao incentivar a adoção de práticas sustentáveis em todo o mundo, essa estratégia contribui para a mitigação das mudanças climáticas e para a preservação do equilíbrio ambiental.

Essa estratégia permite que o Estado do Acre possa implementar políticas ambientais eficazes, fortalecer instituições governamentais, capacitar recursos humanos e desenvolver sistemas de monitoramento e avaliação dos resultados alcançados.

2. PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1. Identidade Organizacional

2.1.1. Missão

Articular estratégias de adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas no Estado do Acre, por meio de mecanismos de valoração de serviços ambientais, garantindo benefícios aos provedores de serviços ambientais e o respeito a salvaguardas socioambientais.

2.1.2. Visão

Ser reconhecido, como padrão internacional para a implementação de Programa Jurisdicional de incentivos a serviços ambientais e de salvaguardas socioambientais.

2.1.3. Valores

Transparência, Credibilidade, Excelência, Ética, Sustentabilidade, Governança e Solidariedade.

2.2. Objetivos

O seu objetivo institucional é contribuir por meio da regulação de programas, subprogramas, planos de ação e projetos especiais do SISA, para a manutenção e ampliação da oferta dos serviços ambientais, conforme art. 2º, do Decreto Estadual n.º 8.110/2021, a saber:

- I. o sequestro, a conservação, a manutenção e o aumento do estoque e a diminuição do fluxo de carbono;
- II. a conservação da beleza cênica natural;
- III. a conservação da sociobiodiversidade;
- IV. a conservação das águas e dos serviços hídricos; V - a regulação do clima;
- V. a valorização cultural e do conhecimento tradicional ecossistêmico; e
- VI. a conservação e o melhoramento do solo.”

2.3. Competências do IMC

A Lei n.º 2.308/2010, que criou o Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA), como um conjunto de estratégias e instrumentos que beneficiam quem produz com sustentabilidade e conserva o meio ambiente e que em última instância define as principais diretrizes da política ambiental do Acre, também foi o instrumento que criou o IMC, com a natureza jurídica de Autarquia, como entidade reguladora de programas, subprogramas, planos de ação e projetos, sendo posteriormente regulamentada suas competências pela Lei Complementar n.º 222, de 28 de fevereiro de 2011, a saber :

- I. estabelecer normas complementares do SISA;
- II. aprovar, após manifestação do Comitê Científico, nos termos do regulamento, as metodologias de projetos e planos de ação apresentadas pela Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais do Estado do Acre - CDSA ou pelos proponentes de projetos especiais;
- III. homologar metodologias pré-existentes para desenvolvimento de planos de ação e de projetos;
- IV. autorizar e/ou efetuar o pré registro e o registro dos planos de ação e projetos;
- V. autorizar e/ou expedir os certificados de emissões reduzidas de gases de efeito estufa, regulamentar e realizar o respectivo registro;
- VI. efetuar o controle e o monitoramento da redução de emissões de gases de efeito

- estufa, bem como do cumprimento das metas e objetivos estabelecidos em cada plano de ação ou projeto pré-registrado;
- VII. autorizar e/ou efetuar a emissão, regulamentação e registro de outros serviços e produtos ecossistêmicos, nos termos desta lei;
 - VIII. validar metodologias de registro e certificação;
 - IX. credenciar empresas para operar projetos no âmbito do SISA, na forma do regulamento;
 - X. outras definidas em regulamento.

2.4. Estrutura Organizacional

Para cumprir com a missão atual, existem dois instrumentos básicos de regulamentação de estrutura organizacional de forma mais horizontal, com departamentos e divisões setorializadas. Nesse aspecto o IMC passou por uma reforma em sua estrutura organizacional e regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 11.324, de 6 de setembro de 2023, que versa sobre a estrutura organizacional e a Portaria nº 111 de 03 de outubro de 2023, a qual institui o Regimento Interno do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais, a saber:

Decreto Estadual n.º 11.324, de 6 de setembro de 2023

“Art. 1º O IMC possui a seguinte estrutura organizacional:

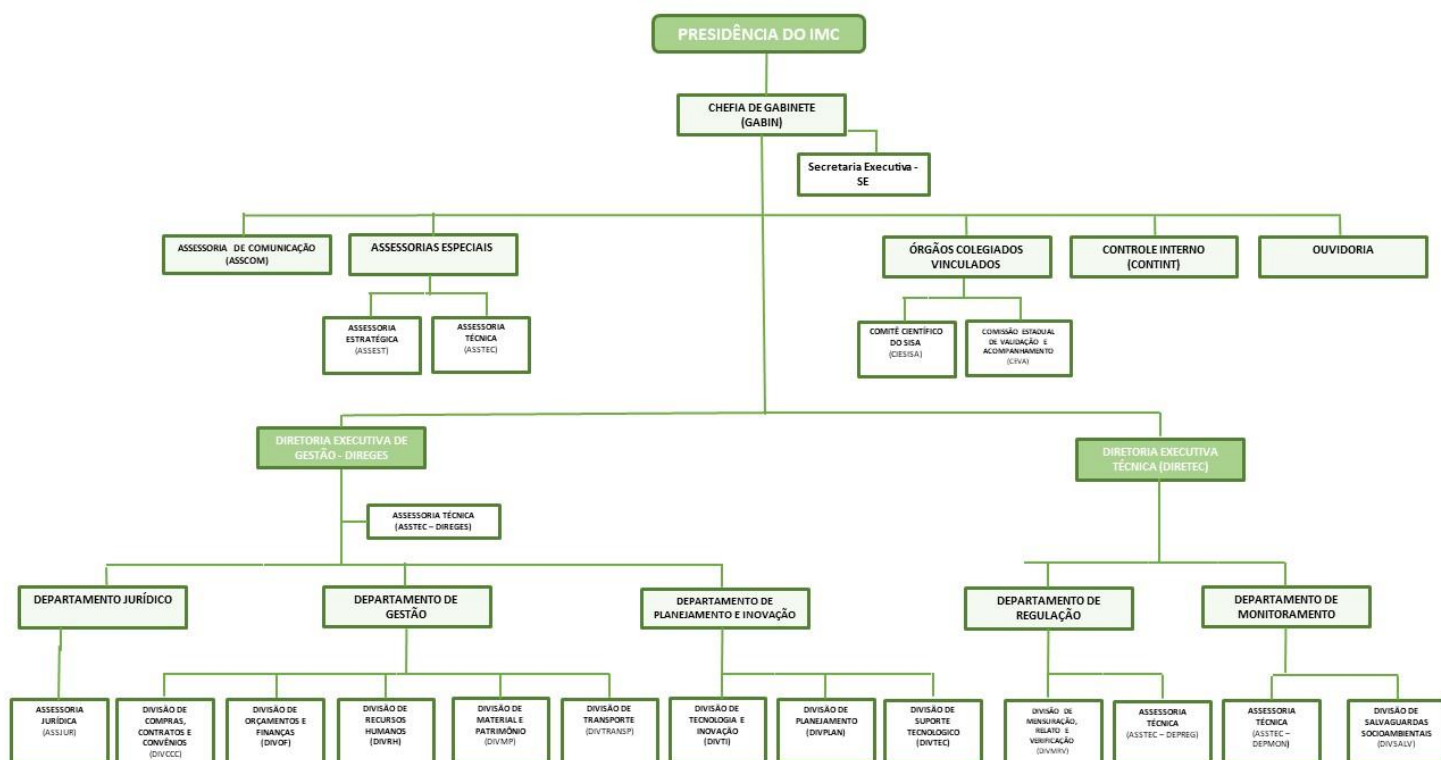
- I. Presidência - PRES:
 - a) Chefia de Gabinete - GABIN;
 - b) Secretaria Executiva - SE;
 - c) Assessoria de Comunicação - ASSCOM;
 - d) Assessoria Estratégica - ASSEST;
 - e) Assessoria Técnica - ASSTEC;
- II. Controle Interno - CONTINT;
- III. Ouvidoria - OUVID;
- IV. Diretoria Executiva Técnica - DIRETEC;
- V. Diretoria Executiva de Gestão - DIREGES;
- VI. Órgãos colegiados vinculados:
 - a) Comitê Científico do SISA - CIESISA;
 - b) Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento - CEVA.

Portaria nº 111 de 03 de outubro de 2023

Art. 4º. A estrutura organizacional do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais - IMC é a seguinte:

- I. Presidência - PRES:
 - a. Chefia de Gabinete - GABIN;
 - b. Secretaria Executiva - SE;
 - c. Assessoria de Comunicação - ASSCOM;
 - d. Assessoria Estratégica - ASSEST;
 - e. Assessoria Técnica - ASSTEC;
- II. Controle Interno - CONTINT;
- III. Ouvidoria - OUVIDORIA;
- IV. Diretoria Executiva Técnica - DIRETEC:
 - a. Assessoria Técnica da Diretoria (ASSTEC - DIRETEC);
 1. Departamento de Regulação:
Chefe de Departamento (DEPREG);
 - a. Assessoria Técnica (ASSTEC - DEPREG).
 - b. Divisão de Mensuração, Relato e Verificação (DIVMRV).
 2. Departamento de Monitoramento:
Chefe de Departamento (DEPMON);
 - a. Assessoria Técnica (ASSTEC - DEPMON);
 - b. Divisão de Salvaguardas Socioambientais (DIVSALV).
- V. Diretoria Executiva de Gestão - DIREGES;
 - a. Assessoria Técnica da Diretoria (ASSTEC - DIREGES);
 3. Departamento Jurídico:
Chefe do Departamento Jurídico - DEPJUR;
 - a. Assessoria Jurídica - ASSJUR.
 4. Departamento de Gestão:
Chefe de Departamento (DEPGES);
 - a. Divisão de Compras, Contratos e Convênios (DIVCCC);
 - b. Divisão de Orçamento e Finanças (DIVOF);
 - c. Divisão de Recursos Humanos (DIVRH);
 - d. Divisão de Material e Patrimônio (DIVMP);
 - e. Divisão de Transporte (DIVTRANSP).
 5. Departamento de Planejamento e Inovação:
Chefe de Departamento (DEPPLAN);
 - a. Assessoria Técnica (ASSTEC - DEPPLAN);
 - b. Divisão de Tecnologia e Inovação (DIVTI).
 - c. Divisão de Planejamento (DIVPLAN);

- d. Divisão de Suporte Tecnológico (DIVSTEC).
- VI. Órgãos colegiados vinculados:
 - a. Comitê Científico do SISA - CIESISA;
 - b. Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento – CEVA.



3. GESTÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS A FIM DE PROMOVER A EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2024-2027

Em 2023, o Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC) participou da elaboração do Plano Plurianual – PPA 2024/2027 do Estado do Acre.

Ao longo do ano de 2024, o IMC demonstrou um compromisso sólido com a implementação e execução de políticas e programas voltados para a mitigação das mudanças climáticas e a conservação ambiental, materializando o que restou ajustado quando da elaboração do PPA 2024/2027, onde participou da

elaboração do Programa "Plano de Ampliação e Fortalecimento dos Serviços Ambientais no Estado do Acre", que visa fortalecer e ampliar a governança do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais no Estado do Acre, dando ênfase na produção, meio ambiente e povos indígenas, para que se promova a inclusão social desses grupos, respeitando seus conhecimentos tradicionais e os recursos naturais.

Tudo isso restou materializado nas capacitações, eventos e reuniões que tinham por objetivo o fortalecimento da governança do SISA, a busca por conhecimento para fins de obtenção de certificações internacionais de alta integridade para a comercialização futura de créditos de Carbono, a construção técnica de documentos para a mesma finalidade e, por fim, a promoção da transparência e a difusão de conhecimento por meio reuniões participativas e democráticas onde diversos representantes das categorias fundiárias puderam adquirir conhecimento sobre a temática de REDD+ e a implementação de políticas públicas da Lei do SISA, a exemplo do ISA Carbono a sua prospectiva dinâmica de execução.

Portanto, quanto à execução do Plano Plurianual 2024-2027, é possível depreender que o IMC desempenhou um papel ativo na sua implementação, pois buscou executar os programas que foram definidos e atingiu metas que ali foram alinhadas buscando atender os objetivos estratégicos do Estado do Acre.

Dessume-se que as ações realizadas pelo IMC demonstram um compromisso contínuo com a promoção da sustentabilidade e a conservação ambiental no Estado do Acre, garantindo assim o sucesso do SISA e o cumprimento dos objetivos de mitigação das mudanças climáticas e proteção do meio ambiente.

Quanto ao Eixo estruturante de Produção, Meio Ambiente e Povos Indígenas, que tem o objetivo estratégico de promover a inclusão social dos povos indígenas e comunidades tradicionais, respeitando seus conhecimentos tradicionais e os recursos naturais, o IMC buscou implementar com maestria o que restou programado, pois realizou diversas reuniões ordinárias e extraordinárias cujas temáticas eram diversas, porém, fez questão colocar em discussão um ponto bastante interessante que era a criação de novas câmaras temáticas, a exemplo da Câmara Temática de Jovens.

Além disso, a implementação desse Eixo passou pela realização de oficinas, palestras e treinamentos que sempre visavam fortalecer ações da governança do SISA e capacitar os envolvidos.

No exercício de 2024, o IMC buscou implementar o Sistema de Mensuração, Relato e Verificação (MRV) para melhorar a gestão e o monitoramento dos serviços ambientais prestados. Esse sistema inclui a elaboração de projetos de pesquisa e capacitação para desenvolver uma estratégia integrada de MRV, bem como a sistematização de processos de Salvaguardas do Estado do Acre e a realização de estudos sobre possíveis

vazamentos de emissões e a análise de impacto da implementação da Repartição de Benefícios do Programa ISA Carbono.

O aninhamento dos Projetos Privados de REDD+ e a elaboração de documentos descritivos do Programa ISA Carbono também são aspectos importantes do programa, assim como a realização de diagnósticos das emissões e remoções de gases de efeito estufa (GEE) nos principais setores de produção do estado.

No geral, o Programa de Ampliação e Fortalecimento dos Serviços Ambientais no Estado do Acre é uma iniciativa abrangente e multifacetada, que visa não apenas fortalecer a governança do SISA, mas também promover a inclusão social, capacitar os envolvidos e melhorar a gestão ambiental na região.

4. ATIVIDADES FINALÍSTICAS

Em 2024, o IMC desempenhou um papel ativo além das ações gerais previstas no Plano Plurianual 2024/2027. Uma série de ações, especialmente nas áreas finalísticas, foram realizadas, seguindo as diretrizes e princípios reguladores do SISA.

Destacamos as seguintes realizações do IMC:

- a) Elaboração da Nota Conceitual ao padrão ART TREES (Architecture for REDD+ Transactions), com o objetivo de obter a certificação necessária para a geração de créditos de carbono de alta integridade. Essa iniciativa visa alinhar o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA) aos mais altos padrões internacionais de sustentabilidade e integridade ambiental. A elaboração da Nota Conceitual envolveu uma análise minuciosa da equipe técnica do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC), com o apoio de especialistas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Earth Innovation Institute (EII). O processo incluiu a apresentação da Nota Conceitual à governança do SISA, coordenada pelo IMC, com o intuito de garantir a transparência e a participação das partes interessadas.
- b) Participação ativa na construção do Documento de Registro (TREES Registration Document), etapa fundamental no processo de adesão do Estado do Acre ao padrão internacional ART TREES (Architecture for REDD+ Transactions), pois durante essa fase, o IMC contribuiu diretamente na coleta de evidências e dados técnicos, especialmente voltados para o preenchimento da seção de salvaguardas socioambientais, assegurando a consistência e a

integridade das informações apresentadas.

- c) Participação ativa no Grupo de Trabalho Técnico de Salvaguardas Socioambientais do SISA, que é uma instância de caráter técnico instituída para apoiar o aprimoramento do Sistema Estadual de Salvaguardas Socioambientais do Acre, em conformidade com exigências da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), da Comissão Nacional para REDD+ e de padrões internacionais como o ART/TREES.
- d) Atuação direta na atualização da estratégia de repartição de benefícios do Programa ISA Carbono. Trata-se de uma atualização necessária cujo processo envolve intensas atividades de diálogo com povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, e agricultores familiares, com o objetivo de debater e ajustar a metodologia para garantir uma distribuição justa e eficaz dos benefícios gerados pelo programa. Esse processo ganhou mais robustez a partir do terceiro quadrimestre no ano de 2024 com a realização de uma capacitação sobre Repartição de Benefícios, voltada para a governança do SISA e os gestores do estado. Esse evento teve como objetivo capacitar os envolvidos sobre os conceitos e as práticas de repartição de benefícios do programa. Já em dezembro de 2024, foi realizado o Fórum Participativo para Atualização da Estratégia de Repartição de Benefícios do ISA Carbono, com o objetivo de dialogar e definir a metodologia para a realização das consultas públicas para a atualização da repartição de benefícios do SISA.
- e) Fortalecimento das instâncias de governança do SISA, com a realização de 13 encontros ao longo do ano, incluindo reuniões e capacitações com os membros do sistema de governança.
- f) Atualização das salvaguardas socioambientais para cumprir as exigências necessárias para a formalização de termos.
- g) Alinhamento do Acre aos padrões de certificação internacionais para o fornecimento de créditos de carbono de alta integridade, avançando para o cumprimento dos requisitos necessários para elegibilidade aos padrões de certificação internacionais de alta integridade para o acesso a financiamentos climáticos.
- h) Realização de capacitações e oficinas destinadas aos membros da governança e técnicos, abordando temas como mudanças climáticas, redução do desmatamento e degradação

(REDD+), salvaguardas socioambientais e equidade de gênero.

- i) Elaboração do Plano Operativo Anual (POA) para o ano de 2024, delineando as atividades, metas e recursos necessários para a execução das ações previstas no âmbito do SISA. Essa iniciativa permitiu uma visão detalhada das atividades a serem realizadas ao longo do ano, garantindo um planejamento eficaz e alinhado com os objetivos estratégicos do Instituto.
- j) Elaboração do Planejamento Estratégico do SISA para o ano de 2024, estabelecendo diretrizes, metas e prioridades para o desenvolvimento e aprimoramento do sistema de incentivos ambientais do estado.
- k) Atualização das diretrizes gerais do programa ISA Carbono do SISA, visando a obtenção da certificação de créditos de carbono, em parceria com a cooperação alemã, Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ).
- l) Realização de reuniões regulares com representantes das empresas Carbonext, WayCarbon e Future Carbon, que gerenciam projetos privados para geração de créditos de carbono no Estado do Acre.
- m) Organizar eventos que abordassem questões fundamentais, como a regulação de projetos privados em REDD+ e a política de geração de ativos ambientais no contexto do Sistema de Incentivo aos Serviços Ambientais (SISA), a saber:
 - **Reunião sobre o aprimoramento da Plataforma C2050 do Sistema de Incentivos de Serviços Ambientais (SISA):** o Departamento de Regulação participou da reunião sobre as funcionalidades da Plataforma C2050, que teve como foco a realização do monitoramento e reporte das reduções de GEE, elevando a transparência, a eficácia e integridade no registro dos créditos de carbono, seja no âmbito privado ou jurisdicional. Também foram conduzidas discussões sobre a junção dos dados da Plataforma com a dinâmica de funcionamento do Programa REM para melhoria e benefícios estratégicos de monitoramento e regulação das ações do SISA.
 - **Capacitação em Financiamento para Redução de Emissões:** O Departamento de Regulação esteve presente na capacitação sobre financiamento climático e os padrões de REDD+, cujo objetivo foi fornecer conhecimento sobre os requisitos do Padrão TREES, promover o compartilhamento de experiências e melhores práticas e preparar os participantes para acessar recursos da Coalizão LEAF e

outras fontes de financiamento climático. Este projeto foi feito com a parceria do Governo Norueguês, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Força-Tarefa dos Governadores do Clima e Florestas (GCF-TF), Cooperação Alemã - GIZ e Earth Innovation Institute (EII).

- **Reunião de Projetos Privados de Conservação e Restauração Florestal:** O Departamento de Regulação esteve presente na reunião de Projetos Privados de Conservação e Restauração Florestal, sendo estes: Projeto REDD+ Tarauacá; Projeto Mamuriá; Projeto Muru; Projeto Tauari e Projeto São Jerônimo. O objetivo foi promover o alinhamento das Políticas Públicas a nível estadual e federal, no âmbito dos Projetos de Conservação, discutindo estratégias e iniciativas dos Projetos de Carbono em estágio de desenvolvimento e certificação no estado do Acre.
- **Participação na II Reunião da Rede Acreana de Planejamento e Orçamento Governamental REPLAG:** A equipe do Departamento de Regulação do Instituto de Mudanças Climáticas marcou presença na II Reunião da Rede Acreana de Planejamento e Orçamento Governamental (REPLAG), que teve como pautas: informes gerais referente ao planejamento e orçamento governamental, boas práticas na execução do planejamento e orçamento, apresentação do Projeto Educação Fiscal e Escola de Governo.
- **Oficina de formação sobre repartição de benefícios em projetos de REDD+ Jurisdicional:** A equipe do Departamento de Regulação participou da oficina de formação com foco nos princípios e práticas da repartição de benefícios em projetos de REDD+ Jurisdicional junto aos membros da governança do Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais (Sisa) e teve como objetivo capacitar sobre repartição de benefícios para que os membros da governança e os técnicos do Estado estejam aptos a contribuir nesse processo de atualização.
- **Missão com a Delegação da Noruega:** O Departamento de Regulação participou da missão com a delegação norueguesa que esteve no Acre para acompanhar o processo de escuta do Fórum Participativo, que tratou sobre a atualização da repartição de benefícios do Programa ISA Carbono, do Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais (Sisa).
- **Fórum Participativo para Atualização da Estratégia de Repartição de Benefícios do Programa ISA Carbono, do Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais (Sisa):** O Departamento de Regulação desempenhou a função de auxiliar na elaboração do Fórum, que teve como objetivo dialogar e definir a metodologia para a realização das consultas públicas para atualização da repartição de benefícios do SISA. O evento teve a coordenação técnica do Instituto de Mudanças Climáticas e contou com a

participação de ribeirinhos, extrativistas, agricultores familiares e povos indígenas das cinco regionais do Acre.

- **Intercâmbio Internacional em REDD+ Jurisdicional:** A equipe do Departamento de Regulação participou do intercâmbio internacional para compartilhamento das experiências no processo de repartição de benefícios de projetos de REDD+ Jurisdicional do Acre, Pará, Tocantins, Rondônia e da Bolívia. O encontro reuniu gestores, técnicos e especialistas e parceiros internacionais, que também participaram do Fórum Participativo. O objetivo do evento foi propor a construção de soluções conjuntas entre os estados e jurisdições, com base nos desafios comuns, para alcançar um alinhamento metodológico que possa auxiliar aqueles que estão interessados na política ambiental de REDD+ Jurisdicional.

4.1. Monitoramento no Âmbito do SISA

O Departamento de Monitoramento, vinculado à Diretoria Executiva Técnica, tem como responsabilidade primordial acompanhar de perto a oferta de serviços e produtos ambientais em todo o território estadual. Seu objetivo é contribuir para o planejamento estratégico das políticas públicas, monitorando de forma abrangente a execução dos programas, subprogramas, planos de ação e projetos especiais do SISA. Suas principais atribuições incluem monitoramento abrangente da execução dos programas, subprogramas, planos de ação e projetos especiais do SISA.

Além disso, o departamento também verifica a possibilidade de vazamentos nos programas e projetos, propondo medidas corretivas quando necessário, e periodicamente elabora o inventário de gases de efeito estufa do Estado do Acre, atuando em coordenação com a CEVA e elaborando termos de referência pertinentes às suas atribuições.

No que toca ao ano de 2024, cumpre consignar que ele foi marcado por importantes avanços na atuação do Departamento de Monitoramento do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC), tanto no aspecto técnico quanto institucional. Isso porque as ações desenvolvidas ao longo do exercício demonstram o alinhamento estratégico do departamento com os princípios e objetivos do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA), consolidando o Acre como referência nacional e internacional em políticas públicas voltadas à mitigação das mudanças climáticas e à valorização dos serviços ambientais.

No âmbito das salvaguardas socioambientais, o Departamento teve participação destacada em

processos técnicos essenciais, como a elaboração e submissão da Nota Conceitual e elaboração do Documento de Registro ao padrão ART TREES.

Essas atividades, conduzidas em articulação com outras instituições e especialistas, demonstram a capacidade técnica da equipe e seu comprometimento com a integridade, transparência e qualidade das informações prestadas no processo de adesão do Estado a padrões internacionais de REDD+.

A atuação nas oficinas, fóruns participativos e grupos de trabalho técnico evidencia a dedicação à construção de uma governança ambiental robusta, inclusiva e pautada na escuta ativa dos diversos segmentos da sociedade civil.

Adicionalmente, destaca-se o papel do Departamento de Monitoramento na atualização da estratégia de repartição de benefícios do Programa ISA Carbono, conduzindo atividades de articulação, capacitação e consulta junto a comunidades tradicionais, povos indígenas, agricultores familiares e demais beneficiários, reafirmando o compromisso com a justiça socioambiental e com a promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável, que reconhece e valoriza os múltiplos atores envolvidos na conservação dos ativos florestais do Estado.

No tocante à gestão administrativa e operacional, mostra-se imperioso destacar que no ano de 2024 o Departamento teve um evidente fortalecimento das rotinas institucionais, exercendo de forma eficiente as suas atribuições legais e regimentais.

Demais disso, a contribuição para a consolidação da plataforma de monitoramento do Programa REM Fase II representa mais um passo importante no aprimoramento das ferramentas de gestão por resultados, assegurando maior transparência, controle e qualidade na execução das ações previstas.

Por fim, o IMC, por meio do Departamento de Monitoramento, reafirma seu compromisso com a promoção de políticas ambientais fundamentadas em evidências técnicas, participação social e articulação interinstitucional. Os resultados aqui apresentados são fruto do esforço coletivo de uma equipe comprometida com a missão institucional de fortalecer a agenda climática do Estado do Acre, promover a conservação ambiental e assegurar que os benefícios gerados pelos programas jurisdicionais de REDD+ sejam distribuídos de forma justa, transparente e eficaz.

O relatório descrevendo as atividades do Departamento de Monitoramento do IMC pode ser encontrada em anexo.

4.2. Governança do SISA

O IMC coordena a implementação da governança do SISA e exerce a Secretaria Executiva da Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento (CEVA) e de suas Câmaras Temáticas (Câmara temática Indígena e Câmara Temática Mulheres), de acordo com o regimento interno.

O apoio ao fortalecimento institucional envolve a participação de seus representantes em eventos locais, nacionais e internacionais, para troca de experiências e atividades de difusão do SISA e do Programa REM para comunitários, conselheiros estaduais, beneficiários, estados subnacionais, governo federal e doadores.

Em 2024, a importância da governança emergiu como um pilar vital para o sucesso contínuo do Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais do Acre (SISA), pois ela sempre buscou materializar os princípios da transparência, participação e compromisso social técnico-científico, a fim de robustecer e legitimar suas atividades.

A consolidação da Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento (CEVA) e das Câmaras Temáticas associadas (CTI e CTM) reafirma o compromisso do Estado do Acre com uma governança participativa, técnica e transparente no âmbito do SISA.

Essas instâncias têm se mostrado fundamentais para assegurar a legitimidade dos processos por meio do respeito às salvaguardas socioambientais e a inclusão dos diversos segmentos da sociedade nas decisões estratégicas sobre clima e floresta.

O fortalecimento contínuo desses espaços é essencial para garantir a qualidade das políticas públicas, a credibilidade internacional e a efetividade dos resultados ambientais e sociais almejados.

O Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação dos Serviços Ambientais (IMC), no ano de 2024, reafirmou seu compromisso em seguir investindo na formação, no empoderamento e na valorização dos membros das instâncias de governança do SISA.

Essas capacitações tiveram como meta não apenas a disseminação de conhecimentos práticos e teóricos sobre o sistema SISA, mas também o aprofundamento e a compreensão das questões climáticas e fortalecer a noção de participação social nos contextos estadual, nacional e global.

Trata-se de um investimento essencial para que todos os membros da CEVA se apropriem plenamente das nuances do sistema, além de desenvolverem uma visão abrangente sobre a interconexão entre

as ações locais e os cenários mais amplos de mudanças climáticas e políticas ambientais.

Ao priorizar a formação contínua dos membros da CEVA, o objetivo é garantir que cada integrante esteja devidamente capacitado e engajado, contribuindo assim de maneira substancial para o avanço das metas e objetivos do SISA, bem como para o fortalecimento da governança participativa e efetiva no contexto estadual.

Dessume-se, portanto, que a promoção de uma governança eficiente e capacitada foi de fundamental importância para orientar e legitimar as operações do IMC no SISA em 2024, pois ela fortaleceu a transparência, promoveu a participação inclusiva e garantiu que as decisões estivessem alinhadas com os interesses da população do Acre e a proteção de nosso meio ambiente.

Sob a perspectiva prospectiva, reafirmamos nosso compromisso em fortalecer ainda mais a governança do SISA, garantindo sua contínua eficácia e relevância em nossa jornada rumo à sustentabilidade.

O relatório descrevendo as atividades do governança do SISA e a Secretaria Executiva da CEVA, pode ser encontrada em anexo.

4.3. Regulação no Âmbito do SISA

O departamento de Regulação desempenha um papel fundamental no Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC) e no Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA). Sua atuação abrange desde a regulação dos programas e projetos até a emissão de certificados de redução de emissões de gases de efeito estufa e outros produtos ecossistêmicos.

O ano de 2024 foi marcado por conquistas significativas para o Departamento de Regulação do Instituto de Mudanças Climáticas (IMC) no Estado do Acre. Por meio de um trabalho dedicado e colaborativo, o departamento alcançou resultados notáveis em diversas frentes, contribuindo para a promoção da conservação ambiental e o combate às mudanças climáticas.

Ao promover reuniões regulares com empresas gerenciadoras de projetos privados de créditos de carbono, o departamento fortaleceu a conformidade com as normas e diretrizes do Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais (SISA), garantindo um ambiente propício para práticas sustentáveis.

Ato contínuo, a elaboração e execução de eventos e reuniões estratégicas proporcionaram uma plataforma essencial para o intercâmbio de conhecimentos e o alinhamento de estratégias, enquanto as atividades de monitoramento, relato e verificação (MRV) reforçaram a qualidade e integridade dos processos de

avaliação ambiental.

Além disso, a elaboração dos instrumentos de planejamento internos e externos demonstrou o compromisso do IMC com uma abordagem estratégica e alinhada aos objetivos de longo prazo.

Sobretudo expor que a colaboração com outras entidades e organizações, como a Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais (CDSA), Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (Sepi), Earth Innovation Institute (EII) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), reforçou a importância da cooperação internacional e do compartilhamento de boas práticas.

Diante dos resultados alcançados em 2024, o Departamento reafirmou seu compromisso com a promoção da sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Acre.

O relatório descrevendo as atividades do Departamento de Regulação do IMC pode ser encontrado em anexo.

4.4. Comunicação no Âmbito do SISA

A área de comunicação do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC) desempenha um papel fundamental na disseminação de informações e na promoção dos objetivos do IMC e dos programas e subprogramas do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA).

Suas responsabilidades abrangem diversas atividades, incluindo:

- Gerenciar a comunicação interna e externa do IMC e dos programas e subprogramas do SISA garantindo uma comunicação eficaz e consistente com todas as partes interessadas. Estabelecer e manter relacionamentos com os veículos de comunicação públicos e privados visando promover os objetivos do SISA e aumentar a conscientização sobre questões relacionadas às mudanças climáticas e serviços ambientais;
- Planejar, coordenar, produzir e/ou supervisionar textos, matérias, reportagens, entrevistas, propagandas, campanhas e outras ações de comunicação social no âmbito do IMC, garantindo uma abordagem coesa e alinhada com os objetivos estratégicos, planejar, coordenar, produzir e/ou supervisionar os eventos oficiais do IMC e do SISA, proporcionando oportunidades para o engajamento das partes interessadas e a divulgação das iniciativas e resultados alcançados;
- Monitorar notícias nos veículos de comunicação e nas redes sociais de interesse do IMC e do SISA, acompanhando tendências, percepções e reações do público em relação às questões climáticas e ambientais. Manter atualizadas as informações relacionadas à comunicação social no site eletrônico do IMC garantindo o acesso fácil e rápido a informações relevantes para o público em geral e as partes interessadas;
- Realizar a gestão de informações e conhecimentos no âmbito do IMC, mantendo atualizadas as respectivas bases de dados e garantindo a disponibilidade de informações precisas e atualizadas para apoiar as atividades de tomada de decisão e planejamento;

Em sendo assim, sobreleva expor que ao longo de 2024, a equipe de comunicação do IMC desenvolveu uma variedade de reportagens e materiais digitais referente as agendas no ambito local, nacional e internacional contribuindo também para elaboração de materiais gráficos para eventos oficiais do IMC e do Sisa, proporcionando o engajamento das partes interessadas e a divulgação de iniciativas e resultados.

A atualização da página na internet da instituição (IMC) também é uma das ferramentas geridas pela assessoria de comunicação para dar transparência às ações institucionais e ao longo do ano passou por uma série de atualizações com inserção de atas, documentos e relatórios assegurando a transparência das ações executadas.

Depreende-se, portanto, que a área de comunicação desempenha um papel crucial no fortalecimento da imagem e na promoção das atividades do IMC e do SISA, contribuindo para a conscientização pública, no engajamento das partes interessadas e alcance dos objetivos relacionados às mudanças climáticas e a conservação ambiental.

O relatório descrevendo as matérias jornalísticas e atividades produzidas pela equipe de comunicação do IMC pode ser encontrada em anexo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o exposto, podemos observar que o Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC) desempenha um papel fundamental no Estado do Acre, especialmente através da coordenação técnica do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA). Sua atuação abrange desde a regulação e monitoramento das iniciativas ambientais até a promoção de ações de comunicação para conscientização e engajamento público.

No exercício de 2024, o IMC demonstrou um compromisso sólido com a implementação de políticas e programas voltados para a mitigação das mudanças climáticas e a conservação ambiental, oportunidade em que se destacam as iniciativas para o fortalecimento da governança do SISA, a busca por certificações internacionais de alta integridade para os créditos de carbono, a participação em eventos nacionais e internacionais e o apoio à inclusão social e capacitação dos envolvidos.

No que diz respeito à execução do Plano Plurianual 2024-2027, o IMC desempenhou um papel ativo na sua implementação, pois buscou executar os programas que foram ali definidos e atigiu metas que foram alinhadas buscando atender os objetivos estratégicos do Estado do Acre. O Programa de Ampliação e

Fortalecimento dos Serviços Ambientais no Estado do Acre é o principal exemplo disso, pois ele se destaca como uma iniciativa abrangente e multifacetada para fortalecer a governança do SISA e promover a inclusão social e o desenvolvimento sustentável.

Além disso, a elaboração da Nota Conceitual ao padrão ART TREES (Architecture for REDD+ Transactions), com o objetivo de obter a certificação necessária para a geração de créditos de carbono de alta integridade foi uma iniciativa arrojada que deve ser lembrada, pois ela almejou alinhar o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA) aos mais altos padrões internacionais de sustentabilidade e integridade ambiental.

Outrossim, a participação ativa na construção do Documento de Registro (TREES Registration Document), etapa fundamental no processo de adesão do Estado do Acre ao padrão internacional ART TREES (Architecture for REDD+ Transactions), foi outra decisão eficiente, pois durante essa fase, o IMC contribuiu diretamente na coleta de evidências e dados técnicos, especialmente voltados para o preenchimento da seção de salvaguardas socioambientais, assegurando a consistência e a integridade das informações apresentadas.

Por fim, atuação direta do IMC no processo de atualização da estratégia de repartição de benefícios do Programa ISA Carbono é outro ponto que merece destaque no exercício relatado, pois, como dito alhures, trata-se de uma atualização necessária cujo processo envolve intensas atividades de diálogo com povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, e agricultores familiares, com o objetivo de debater e ajustar a metodologia para garantir uma distribuição justa e eficaz dos benefícios gerados pelo programa.

Cumprindo esclarecer que esse processo ganhou mais robustez a partir do terceiro quadrimestre no ano de 2024 com a realização de uma capacitação sobre Repartição de Benefícios, voltada para a governança do SISA e os gestores do estado. Esse evento teve como objetivo capacitar os envolvidos sobre os conceitos e as práticas de repartição de benefícios do programa.

Já em dezembro de 2024, foi realizado o Fórum Participativo para Atualização da Estratégia de Repartição de Benefícios do ISA Carbono, com o objetivo de dialogar e definir a metodologia para a realização das consultas públicas para a atualização da repartição de benefícios do SISA.

Depreende-se, portanto, que as ações realizadas pelo IMC no âmbito do monitoramento, governança, regulação e comunicação demonstram um compromisso contínuo com a promoção da sustentabilidade e a conservação ambiental no Estado do Acre. Essas atividades são essenciais para garantir o sucesso do SISA e o cumprimento dos objetivos de mitigação das mudanças climáticas e proteção do meio

ambiente.

Agência de
Notícias do Acre

Início Últimas Notícias Editorias Governador Sala de Imprensa

REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS DO SISA

De forma participativa, ribeirinhos, extrativistas, agricultores familiares e povos indígenas definem metodologia para realização das consultas públicas no Acre

Ángela Rodrigues 04 dez 2024 17:36

De forma participativa, ribeirinhos, extrativistas, agricultores familiares e povos indígenas das cinco regionais do Acre dialogaram e definiram a metodologia para a realização das consultas públicas para atualização da repartição de benefícios do Programa Isa Carbono, do Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais (Sisa).

O evento, sob a coordenação técnica do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC), encerrou na noite desta terça-feira, 3, no auditório do Centro Universitário Uninorte, com a criação de Grupos de Trabalho (GTs) onde foram debatidas as particularidades de cada território e comunidades tradicionais e agricultores familiares.



1

Rio Branco-Acre, 01 maio de 2025

Documento assinado digitalmente
gov.br LEONARDO FERREIRA LIMA FILHO
Data: 02/05/2025 14:30:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br JAKSILANDE ARAUJO DE LIMA
Data: 02/05/2025 14:41:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Leonardo Ferreira Lima Filho
Diretor Executivo Técnico
Instituto de Mudanças Climáticas e
Regulação dos Serviços Ambientais – IMC

Jaksilande Araújo de Lima
Presidente
Instituto de Mudanças Climáticas e
Regulação dos Serviços Ambientais – IMC

¹ <https://agencia.ac.gov.br/de-forma-participativa-ribeirinhos-extrativistas-agricultores-familiares-e-povos-indigenas-definem-metodologia-para-realizacao-das-consultas-publicas-no-acre/>